

**ESTADO, QUESTÃO AGRÁRIA E TERRITORIALIDADE
CAMPONESA**

Fabiano de Oliveira Bringel¹

¹Doutorando em Geografia – PPGeo/UFPE. Email: fabiano.bringel@ufpe.br

Artigo recebido em 14/12/2011 e aceito em 19/05/2012

RESUMO

O presente artigo é resultado do conteúdo programático e das discussões desenvolvidas no interior da disciplina Pequena Produção Rural no Brasil e de seu trabalho de campo (PPGeo-UFPE). Nosso esforço de análise, primeiramente, centra-se na compreensão sobre a formação do Estado brasileiro, com seu aspecto patrimonialista, gerando um fenômeno no seu território conhecido como Questão Agrária. Na relação com essa questão, compreenderemos as diferentes territorialidades adquiridas e/ou assumidas pelas comunidades camponesas visitadas (Comunidade de Mocotó - Município de Vitória de Santo Antão (PE); Comunidade Quilombola Olho D'água – Município de Jeremoabo (BA) e Comunidade do Raso – Município de Canudos (BA)), na sua relação com outros atores no seu entorno, bem como as diferentes formas de apropriação exercidas sobre a natureza. Por fim, questiona-se o papel do desenvolvimento na (des) construção do território camponês.

Palavras-chave: campesinato, territorialidade, questão agrária.

STATE, AGRARIAN ISSUE AND PEASANT TERRITORIALITY

ABSTRACT

This article is the result of the program content and discussions of the discipline Small Rural Production in Brazil and his filedwork (PPGeo-UFPE). Our effort to analyze focuses on understanding the Brazilian State, with its patrimonialist aspect, creating a phenomenon in its territory known as Agrarian Question. In connection with this issue we try to understand the different territorialities acquired and/or taken by the rural communities visited (Community Mocotó – Municipality of Vitória de Santo Antão (PE), Quilombo Community Olho D'água – Municipality of Jeremoabo (BA) and the Community of Raso – Municipality of Canudos (BA)), in relation to other actors in their environment, as well as different forms of appropriation exercised over natural resources. Finally, the article discusses the role of development in the (de) construction of the peasant territory.

Key words: peasantry, territoriality, agrarian issue.

RESUMEN

Este artículo el resultado del programa y las discusiones dentro de la disciplina Pequeña Producción Rural en Brasil y en su trabajo de campo (PPGeo-UFPE). Nuestro esfuerzo de análisis, en primer lugar, se centra en comprender la formación del Estado brasileño, con su aspecto patrimonial, creando un fenómeno en su territorio conocido como cuestión agraria. En relación con esta cuestión, entendemos las territorialidades distintas adquiridas y/o asumidas por las comunidades rurales visitadas (Comunidad Mocotó – Municipio de Vitória de Santo Antão (PE), Quilombo Olho D'água de la Ciudad de Jeremoabo (BA) y la Comunidad do Raso – Ciudad de Canudos (BA)), en la relación con otros actores en su entorno, así como distintas formas de apropiación ejercidas sobre la naturaleza. Por último, el artículo analiza el papel del desarrollo en la (de) construcción del territorio campesino.

Palabras Clave: campesinado, territorialidad, cuestión agraria.

INTRODUÇÃO: APRESENTANDO O DEBATE

O presente artigo é resultado do conteúdo programático e das discussões desenvolvidas no interior da disciplina Pequena Produção Rural no Brasil e de seu trabalho de campo realizado na Comunidade de Mocotó - Município de Vitória de Santo Antão (PE); Comunidade Quilombola Olho D'água - Município de Jeremoabo (BA) e Comunidade do Raso - Município de Canudos (BA) no período de 21 a 24 de junho de 2011. Disciplina ministrada pelo Prof. Cláudio Ubiratan Gonçalves junto ao Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

Nosso esforço de análise, primeiramente, centra-se na compreensão sobre a formação do Estado brasileiro, com seu aspecto patrimonialista, gerando um fenômeno no seu território conhecido como Questão Agrária. Esta se agudiza perigosamente nos dias atuais. O Brasil passou, em 2003, de 58 mil proprietários controlando 133 milhões de hectares improdutivos, para, em 2010, 69 mil proprietários controlando 228 milhões de hectares de terras abaixo da produtividade média (TEIXEIRA, 2010).

Já no desenvolvimento do artigo, partimos para a compreensão das diferentes territorialidades adquiridas e/ou assumidas pelas comunidades camponesas

visitadas, na sua relação com outros atores no seu entorno, bem como as diferentes formas de apropriação exercidas sobre a natureza. Frente o aumento da concentração fundiária, essa territorialidade será observada pelas dimensões econômica, com ênfase na pluriatividade e na multifuncionalidade; política, discutindo as formas de associação e organização dessas comunidades; cultural, a partir de diferentes saberes e técnicas utilizados na sua relação com a natureza.

Pelo caráter do trabalho de campo, com pouco tempo e apenas exploratório, sem um levantamento sistemático, não desenvolveremos enlces entre essas dimensões da territorialidade. A título de conclusão faremos uma discussão sobre a concepção de desenvolvimento e como a territorialidade camponesa pode contribuir para a (des) construção desse desenvolvimento.

A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A QUESTÃO AGRÁRIA

Segundo Vianna (1999) no Brasil, o Estado antecede os grupos de interesses e se torna, no decorrer do tempo, praticamente autônomo em relação a sociedade civil. Por isso, esse mesmo Estado estaria empenhado na realização de objetivos próprios de seus dirigentes. A

administração pública, assim, é vista como um bem em si mesmo e por isso é convertida em um patrimônio a ser explorado por eles. O resultado dessa situação foi uma sobreposição de elementos, uma verdadeira inversão da lógica republicana, o que Vianna (1999) ilustra como “um sistema político de cooptação sobreposto ao de representação, uma sociedade estamental igualmente sobreposta à estrutura de classes, o primado do direito administrativo sobre o direito civil, a forma de domínio patrimonial-burocrático”.

Para essa característica específica do Estado, Faoro (2008) apoiando-se em Weber chama de caráter *patrimonialista* dessa instituição. Por sua semelhança com o modo de produção asiático é também chamado de Oriente Político (VIANNA, 1999). Teria sua herança a partir da colonização ibérica e transplantada para o continente latino-americano, especialmente ao Brasil. Isto se deu na avaliação de Gonçalves (2007) devido ao fato de sermos fruto da “expansão do moderno sistema mundial, centrado na Europa”, assim nós “não fomos nação antes de sermos colônia. Nascemos colônia. A formação da sociedade brasileira não foi um processo autônomo” (pag.15). Essa herança patrimonialista transplantada apresenta duas características essenciais: i) a noção que o

interesse particular, para ter legitimidade, deve se mostrar compatível com o interesse da comunidade nacional; ii) não se teria uma fronteira clara entre a esfera pública e a esfera privada. Assim, por conta dessa confusão de esferas individual e coletiva, público e privado, o que é específico e o que é geral, Vianna fala de uma metafísica na origem do capitalismo brasileiro

O capitalismo brasileiro, originário dessa metafísica, seria, pois, politicamente orientado, uma modalidade patológica de acesso ao moderno, implicando uma modernização sem prévia ruptura com o passado patrimonial, o qual, ademais, continuamente se reproduziria, na medida em que as elites identificadas com ele deteriam o controle político do processo de mudança social. (VIANNA, 1999:36)

É nesse controle político da mudança social que a questão agrária no Brasil se envolve num manto de opressão e obscurantismo. Sua solução parece hibernar e se liga profundamente ao elemento institucional, com as exceções colocadas em prática pela ação direta da organização dos camponeses, a reforma agrária no país parece que descansa no berço do patrimonialismo do Estado brasileiro. Tal reflexão se apoia na análise de Vianna ao discutir a questão “[...] onde não se conheceu o direito a propriedade individual, direito que, desde os gregos,

nasce com o Ocidente, é então prisioneira do ângulo das instituições políticas, crucialmente do Estado, e aí que provém sua ênfase na reforma política e não na reforma social” (VIANNA, 1999:36).

É nessa perspectiva política que se criam os laços da dependência e tutela tão comuns no mundo agrário brasileiro. No processo sistemático de subalternização dos camponeses em relação aos grandes proprietários de terra através da captação da renda da terra. Seu desenvolvimento acaba sendo resultado de uma polaridade que marca o campo brasileiro, o que Vianna chamou de “atraso e moderno, representação e cooptação, ordem racional-legal e patrimonialismo e acaba apontando para uma composição ambígua dessas polaridades, imprimindo à matriz do interesse a marca de um particularismo privatista” (pag.38). Assim, o desenvolvimento do campo brasileiro combinaria uma arquitetura liberal com o instituto da escravidão e com a organização social de tipo patrimonial. Este tipo de desenvolvimento não está circunscrito apenas ao espaço rural mais sim a todo Estado Nacional brasileiro. Sua gênese é constituída deste componente “complexo e autoritário” (GONÇALVES, 2007:15). Esta seria uma ordem para Gonçalves (2007) proposital, justamente para se conciliar as novas ideias liberais com elementos retrógrados, como a

escravidão e forjar os primeiros traços da identidade nacional.

[...] o transplante da Corte portuguesa não permitiu a criação e o surgimento de um Estado que agregasse os valores e as formas de organização política da população nativa existentes à época. Ao lado de um Estado concentrador e centralizador de poder, acrescentamos a ideia de patrimonialismo e a concepção de público e privado na organização da estrutura sócio-política brasileira. A confusão intencional entre ordem pública e ordem privada pelos dirigentes políticos do Brasil colônia marcam definitivamente os limites e contornos da incipiente identidade nacional (GONÇALVES, 2007:15)

É nesse contexto que se insere a questão agrária no Brasil. Sabemos que essa questão é bem anterior ao século XX, mas iremos fazer um recorte temporal a partir deste século. No início do século XX temos as oligarquias regionais territorializadas sobre uma concentração de terras jamais vista (uma das maiores do mundo) e alicerçada numa cultura política que predomina a lógica do favor sobre a do direito, o clientelismo sobre a cidadania. É a lógica patrimonial do Estado brasileiro. A partir da década de 1950 este quadro começa obter algumas mudanças com a organização de camponeses e trabalhadores rurais no Brasil. Novos protagonistas começam a brotar no campo, como as Ligas Camponesas e o próprio

Sindicalismo Rural, se organizando em nível nacional. Presenciamos, então, um deslocamento da escala geográfica da ação política desses sujeitos (PORTO-GONÇALVES, 2005) de uma atuação localizada para uma perspectiva nacional, frente a necessidade de rompimento com a condição insular de suas lutas transformando-as em uma demanda nacional. Assim, a reforma agrária transforma-se numa necessidade da nação brasileira.

Paralelamente a isso, vemos no território nacional a marca da modernização autoritária. É quando se observa um surto industrializador, impondo uma nova divisão territorial do trabalho, esquadrihando-se as rodovias para a integração, criam-se grandes projetos energéticos para atender a demanda da matriz industrial eletro-intensiva, intensificam-se os fluxos migratórios e acelera-se a modernização conservadora no campo brasileiro, inclusive com seu vetor tecnológico característico da revolução verde.

Hoje temos uma nova fase desse surto modernizador mas não deixa de ser o mesmo surto modernizador, só que com novos sujeitos e com cenários diferentes. É o que avalia lucidamente Porto-Gonçalves no fragmento abaixo:

O que vem ocorrendo no mundo rural brasileiro é uma nova fase

de um longo processo histórico de moderno-colonização [...] as implicações são muito diversas [...] Em contextos autoritários, como o da sociedade brasileira, essa moderno-colonização tecnológica reforça o poder daqueles que já têm poder, ao tornar os latifúndios ainda mais produtivos. É ao que se assiste com um novo ciclo de expansão capitalista no campo brasileiro [...] através de fortes alianças que se forjaram no mundo civil entre os capitalistas agrários e os industriais, entre os capitalistas nacionais e as grandes empresas multinacionais (Sadia, Maggy, Perdigão, etc.), com instituições de pesquisas nacionais (EMBRAPA, etc.), com a consolidação de um poderoso setor financeiro nacional (Bradesco, Itaú, etc.) que, como é sabido, contou com um forte apoio institucional internacional (BID, BIRD, Fundação Rockefeller, etc.) (PORTO-GONÇALVES, 2005:12)

Podemos apontar, então, que temos uma nova configuração das classes e de sua luta no campo brasileiro a partir da feição monopolista que o capitalismo assume. Assim, o caráter autoritário desse modelo de desenvolvimento permanece não só nacionalizando a questão agrária, mas, também, mundializando-a. Temos, agora, associado aquela velha oligarquia rural patrimonialista brasileira, os agentes do agronegócio “moderno” sejam eles nacionais ou internacionais. Por outro lado, se apresentam novas formas de organização dos camponeses como o MST,

os Movimentos Quilombolas, Ribeirinhos, Indígenas, Pescadores, Extrativistas.

Buscando começar entender as novas formas de organização camponesa, através de sua práxis, é que organizamos nosso trabalho de campo para as três áreas pontuadas levando em consideração aspectos de sua territorialidade como sua organização política, suas atividades econômicas, suas práticas e saberes e sua relação com a natureza.

O TERRITÓRIO, A TERRITORIALIDADE E OS CAMPONESES

Noções de território e territorialidade

Para discutirmos a territorialidade camponesa precisamos definir o que entendemos sobre território. Como sabemos estas não são categorias novas no interior da produção do conhecimento geográfico e seu debate é permeado de controvérsias, através de diferentes abordagens e enfoques. Haesbaert (2010) classifica os estudiosos a partir dessas diferenças. Existem aqueles autores que enfatizam sua dimensão política, como os geógrafos Jean Gottman, Robert Sack e Claude Raffestin, onde o território é espaço delimitado e controlado se exercendo um determinado poder. Outros priorizam a dimensão cultural fazendo uma leitura simbólica e subjetiva dos grupos, através do qual se apropriam do

seu espaço vivido, como Doreen Massey. Há os que valorizam o elemento econômico, onde o território é estudado como fonte de recursos e arena do embate entre as classes sociais a partir do seu lugar na produção, na relação entre capital e trabalho como Maurice Godelier e Milton Santos. E, por fim, os que enfatizam os elementos “naturais” a partir da relação que se estabelece entre a sociedade e a natureza como Robert Ardrey e T. Malmberg.

Tendo clareza das diferentes abordagens nos estudos sobre o território e a polissemia de seu conceito e fazendo uma reflexão preliminar, nossa opção passa por uma lógica de exploração das dimensões econômica, política e cultural do território dessas comunidades camponesas, tendo a consciência que essas comunidades estão inseridas numa determinada temporalidade e desenvolvem relações com seu lugar, atingindo um tipo específico de territorialidade.

Outra observação para se destacar reside na pequena, mais importante, distinção entre território e territorialidade, bem como nas relações entre esses níveis apontadas por Porto-Gonçalves (2006) onde território é um espaço apropriado, “espaço feito coisa própria”, assim o sujeitos e grupos sociais se afirmam por meio dele. Neste sentido, teríamos sempre território e territorialidade, ou seja, num

mesmo território há sempre múltiplas territorialidades. É o que autor chama de processos sociais de territorialização.

A título de exemplo, na Comunidade de Mocotó, tivemos a oportunidade de conversar com Sr. Paulo. Com 52 anos e 04 filhos ele nos falou que existem duas associações na área. Uma que se unifica em torno da produção orgânica de alimentos e, outra, cujo a unidade se dá pela produção com utilização de insumos químicos (convencionais). Ou seja, um território com pelo menos duas expressões de organização política, desenvolvidas a partir de sistemas técnicos diferenciados. O elemento balizador da unidade política numa primeira observação se dá pelo padrão técnico-produtivo, mas quem pauta tal padrão é o mercado. Essas duas territorialidades estão longe de serem simétricas. Já que na fileira da Associação dos “convencionais” encontramos 200 famílias e na Associação dos “orgânicos” apenas 22. Isto não quer dizer que os “orgânicos” não estejam aumentando em número de associados, já que produtos dessa natureza estão cada vez mais requisitados no mercado.

Comunidade camponesa - características e controvérsias

Entender a pertinência das sociedades camponesas no interior de um capitalismo mundializado com o capital monopolista se alastrando pelo campo,

intensificando a “modernização conservadora” (IANNI, 2004), passa pela capacidade de compreensão da problemática colocada por Chayanov (1981) que consiste no pensar sobre os fenômenos econômicos em termos *exclusivamente* capitalista, relegando os demais tipos de vida econômica a extinção ou a insignificância. A análise de Chayanov aponta para a permanência em vastas extensões do globo, principalmente na esfera da produção agrária, de uma unidade econômica familiar não assalariada. Aí reside a primeira grande característica da sociedade camponesa.

A leitura de Chayanov é importante para compreendermos a pertinência de um campesinato étnico como o que visitamos no Município de Jeremoabo, no norte da Bahia, na Comunidade Quilombola Olho D’água. Lá conversamos com Sr. Abelardo de 65 anos que nos disse que só neste município são 30 Comunidades remanescentes de Quilombos, com apenas uma comunidade reconhecida institucionalmente pelo Estado. Ao conversarmos com algumas famílias observamos que a grande maioria produz para seu auto-consumo. Pelo menos na comunidade, a produção para o mercado e o fenômeno do assalariamento são quase inexistentes.

A (re)existência dessas unidades familiares, na relação com o

assalariamento e o mercado, se torna objeto de debate no interior dos estudos sobre o mundo rural ao longo do século XX. O debate se acalora na interpretação de Marx sobre a sucessão dos modos de produção (comunal, escravismo, feudalismo e capitalismo) tendo como principal base empírica a Inglaterra industrializada. Junta-se a isso, a polêmica sobre o papel do sujeito camponês na transformação social, colocado por Marx como secundário, pois o mesmo seria um resquício da sociedade feudal e cooptável no desenvolvimento da luta de classes.

Tal interpretação se choca com o pensamento do chamado populismo russo, como apresentaram Guzmán & Molina (2005). Tal tendência apresenta uma leitura diferenciada sobre o papel do camponês e o lugar privilegiado para a revolução. Refiro-me ao setor socialista libertário que tem entre as principais referências para a geografia, Elisée Reclus e Pietro Kropotkin. Esses autores, fortemente influenciados por Mickail Bakunin, desenvolvem seus pensamentos (como Marx) em torno do desenvolvimento desigual entre os indivíduos, porém destacando o papel do campesinato na transformação da sociedade. O atraso das sociedades (pré-capitalistas) poderia converter-se em um fator capaz de desencadear a revolução social e, por isso, os camponeses teriam

um papel de destaque no processo revolucionário. Já as regiões ou países onde as forças produtivas do capitalismo estivessem no início ou incipientes seriam propícias para o desenrolar da revolução social.

O papel desses camponeses na transformação é analisado por Kropotkin a partir de uma categoria utilizada para se contrapor as teorias darwinistas, *o apoio mútuo*. Segundo Guzmán & Molina (2005) as teoria darwinistas utilizadas para fundamentar o liberalismo econômico, justificando a desigualdade são questionadas por Kropotkin a partir de trabalhos de campo feitos na Sibéria. Sua análise comprova que ao invés da luta cruel e desesperada pelos meios de subsistência (justificando a seleção natural) se verifica a luta individual ou coletiva no reino animal contra algumas condições naturais desfavoráveis. Assim, o fator de desenvolvimento não seria a luta entre as espécies e, sim, a ajuda mútua entre os indivíduos.

Ao transpor essa análise para o estudo das comunas rurais na Rússia, Kropotkin avaliava que a propriedade coletiva além de ser uma associação que facilitava a cada família o acesso igualitário ao cultivo da terra, representava o marco organizativo pelo qual se desenvolvia em múltiplas variantes o apoio mútuo, fazia-se justiça, organizava-se a

defesa mútua contra os inimigos externos, articulava-se a participação democrática nos assuntos comuns e se desenrolava o progresso econômico, intelectual e moral da época. Assim, nas palavras de Kropotkin, podemos constatar que ele já se preocupava com análises sobre o desaparecimento do camponês, o desenvolvimento das economias não-capitalistas e o esvaziamento do espaço rural, se aproximando da análise de Chayanov levantadas acima:

As teorias correntes dos economistas burgueses e de alguns socialistas afirmam que a comuna morreu na Europa Ocidental de morte natural, posto que se supunha que a posse comunal da terra era incompatível com as exigências contemporâneas do cultivo da terra. Mas a verdade é que em nenhuma parte desapareceu a comuna aldeana por vontade própria; em vez de, em todas as partes, as classes dirigentes precisaram de vários séculos de medidas estatais persistentes para desenraizar a comuna e confiscar as terras comunais. (KROPOTKIN APUD GUZMÁN & MOLINA, 2005: 34-35)

A análise de Kropotkin sobre a ajuda mútua e a propriedade coletiva da terra encontram afirmação na realidade a partir das observações feitas na Comunidade Quilombola de Olho D'água e na Comunidade de Fundo de Pasto Raso. No Quilombo, quando perguntamos sobre as

formas de trabalho desenvolvidas, os camponeses chamaram a atenção para uma prática chamada de "Digitório". O Digitório nada mais é do que uma das faces do apoio mútuo, chamado de mutirão. Esses mutirões podem ser feitos na terra de uma família quando ela tem poucos membros para o trabalho, ou mesmo, quando um ou mais indivíduos dessa unidade familiar estão com problemas de saúde. A Comunidade tira um ou mais dias para se trabalhar na terra dessa família. Essa prática também é organizada quando se quer construir algum objeto coletivo como Igreja, Salão Comunitário, etc.

Já na Comunidade de Fundo de Pasto, a propriedade da terra é coletiva. Segundo relato dos entrevistados os animais, geralmente caprinos e ovinos, são criados nessas terras desde antes da Guerra de Canudos (1896-1897), experiência messiânica importante que reuniu várias famílias camponesas em busca da terra nesta região. Talvez a própria experiência comunal do Fundo de Pasto tenha influenciado fortemente a localização da cidade de Canudos e a experiência de Antônio Conselheiro.

Conversando com alguns camponeses, não são raras as tentativas de fazendeiros tentarem se apropriar privadamente das terras. Foi o caso do fazendeiro Otaviano, dono de uma fazenda

vizinha chamada de Vassoura que falsificou documentos para se apropriar das terras de Fundo de Pasto, construindo aceiros e montando as cercas. Foi quando a Comunidade organizou o “vento da meia noite”. Movimento de resistência que consiste na destruição das cercas, feitas na madrugada.

Tal avaliação acima levantada tem desdobramentos nas análises sobre território brasileiro feitas por Oliveira (1994) que compreende o avanço das forças de produção capitalista no campo de forma contraditória, onde o capitalismo no Brasil não levaria para todos os lugares formas exclusivamente capitalistas de produção ou de propriedade como podemos observar no fragmento abaixo:

[...] o processo contraditório de reprodução ampliada do capital além de redefinir antigas relações de produção, subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução [...] o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria, domina relações não-capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra. A terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada (OLIVEIRA, 1994:20)

Ao mesmo tempo não podemos negar que o avanço das forças produtivas do capitalismo no campo brasileiro não

provoque mudanças significativas na organização dos territórios camponeses. Tais experiências de propriedade coletiva da terra e de produção para o auto-consumo estão cada vez mais raras. No entanto, alguns fenômenos contemporâneos tem incentivado pesquisadores a investigarem formas alternativas de organização do trabalho e de função da agricultura que aparece no campo brasileiro: a *pluriatividade* e *multifuncionalidade* da agricultura. Tais fenômenos talvez funcionem ora como ajustes no sentido de uma reterritorialidade, ora como um componente desterritorializador.

Carneiro (1999) ao definir uma tipologia de agricultores familiares pluriativos chama atenção para incorporar as complexidades das relações sociais que definem e redefinem a família, assim a autora afirma que é preciso considerar a família como uma unidade social, e não apenas como unidade de produção como normalmente tem-se considerado quando o assunto é agricultura familiar, pois ao se limitar todos os princípios e regras que orientam a prática social à racionalidade econômica, reduz-se também a capacidade de captar as múltiplas racionalidades coexistentes no interior do grupo doméstico (NEVES, 1993 apud Carneiro, 1999, p.328).

Neste sentido, a pluriatividade entendida aqui da seguinte maneira

Existem diferentes possibilidades de se associar a atividade não agrícola no interior da unidade familiar, que implica uma diversidade de significados que este tipo de combinação poderá assumir na reprodução social e, conseqüentemente, na posição de cada unidade familiar na estrutura social da agricultura. A pluriatividade, nesta perspectiva interpretativa, não é um fato positivo, um tipo e sim uma noção que designa processo social plural o que significa reconhecer processos pluriativos incorporadores de atividades não agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar. Esta percepção de pluriatividade nos capacita a perceber processos sociais distintos e, até mesmo contraditórios, definidos pelo campo de possibilidades de realização de projetos familiares (CARNEIRO, 1999:326)

Ao analisar a reflexão da autora, percebemos que não se pode reduzir a análise do familiar apenas a sua dimensão econômica pois não compreenderíamos o conjunto da dinâmica da racionalidade da unidade social camponesa. Varáveis como gênero, a faixa etária, a composição demográfica e as políticas públicas são importantes no desenvolvimento da estratégia de reprodução da família. Isso ficou evidente quando conversamos com Dona Caboca na Comunidade de Fundo de Pasto. Neta de indígenas, ela afirmou que a

Bolsa Família foi importante para desenvolver outras atividades como venda de artesanato e de alimentos em sua casa, não dependendo apenas da criação de animais ou da roça, já que parte de seus filhos se mudaram para cidades próximas ou distantes, ficando apenas uma de suas filhas com seus netos, “os braços para o trabalho no campo ficaram escassos”. Tal afirmação, em relação a Bolsa Família, não é vista como um fator positivo na Comunidade. As lideranças do Fundo de Pasto que conversamos apontaram como um dos fatores limitantes para a criação ou para produção da roça a mesma Bolsa Família, já que “as famílias pegam esse dinheirinho do governo e ficam acomodadas, não querem mais trabalhar”. Podemos inferir que existe uma dupla interpretação sobre a Bolsa, mas podemos sustentar que este instrumento pode ser utilizado como um dos mecanismos para desenvolver a pluriatividade.

Outro tema importante para discutirmos a territorialidade camponesa se refere a multifuncionalidade que a agricultura exerce. Essa importância também transpõe a lógica meramente econômica e se refere as diversas dimensões do território, as diferenças de estratégias que essas famílias camponesas acionam e os impactos que elas geram na sociedade como um todo. Para Maluf

(2003) a multifuncionalidade age sobre as famílias camponesas, porque essas estão inseridas em regiões diversas do país e como tal se encontram em contextos diferenciados proporcionando um desempenho igualmente diferenciado das múltiplas funções que afetam a agricultura. Ainda no pensamento do autor tal fenômeno apresenta uma dinâmica localizada pois estão inseridos em determinados territórios, ao mesmo tempo que contribuem fortemente para a configuração do mesmo. Por isso, é necessário fazer uma investigação da percepção que essas funções exercem, a atuação dos diversos atores neste território e das redes sociais relevantes estabelecidas pelas famílias na construção social desses territórios. Na escala da sociedade é importante a observação das políticas públicas voltadas para este setor. Se elas estão cumprindo a possibilidade de reconhecimento da multifuncionalidade como elemento estruturador e estruturante do espaço geográfico.

Maluf e sua equipe de pesquisa selecionaram quatro expressões da multifuncionalidade da agricultura brasileira - a) a reprodução sócio-econômica das famílias rurais; b) a promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais; c) a manutenção do tecido social e cultural e a d)

preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais. Esses quatro elementos se apresentam de forma diferenciada nos diferentes territórios.

A reprodução sócio-econômica se refere a geração de trabalho e renda que permite as famílias camponesas se manterem no campo em condições dignas. Para Maluf (2003) a agricultura continua exercendo um papel central na reprodução econômica e social das famílias camponesas, apesar de sua contribuição monetária não seja tão forte. Esta análise do autor se desdobra em duas perspectivas. Na agricultura em geral, aquela formada pelo conjunto das atividades agrícolas, pecuárias e extrativas e na atividade agrícola própria das famílias (que por sua vez se desdobra na mercantil e na de auto-consumo).

Neste sentido, o autor chega a seguinte conclusão:

Enquanto se reduz a contribuição da produção agrícola mercantil para a reprodução econômica das famílias rurais, mantêm-se a importância da produção para o auto-consumo familiar, bem como da “agricultura em geral” como geradora de ocupação e em um dos determinantes da dinâmica territorial (MALUF, 2003:137)

Talvez as atividades acessório (artesanato e venda de alimentos) apontadas por Dona Caboca no Fundo de Pasto e também em algumas ocupações

extras como os agentes comunitários e a utilização de automóveis para transporte (frete) até a feira mais próxima dos alimentos identificados no Quilombo Olho D'água se enquadram nesta reprodução sócio-econômica que é uma das funções da agricultura.

Outra conclusão que o autor chega se refere à pluriatividade na agricultura, afirmando que existe uma correlação inversa na relação entre atividades agrícolas e não agrícolas. Constatando que “quanto mais elevado o grau de renda familiar, menor a participação relativa dos ingressos monetários provenientes dessa última atividade (agricultura)”, por isso se confirma “o que outras pesquisas já haviam indicado quanto a importância da pluriatividade na estratégia de elevação de renda das famílias rurais” (Maluf, 2003:138). As vantagens não ficam na elevação da renda. Esta combinação de atividades agrícolas e não agrícolas insere a família em diferentes setores e amplia seu campo de atuação e de inserção social e econômica. Isso, para Maluf, associa o enfoque da pluriatividade diretamente ao da multifuncionalidade.

No mesmo caminho da análise acrescentamos que essa relação (pluriatividade e multifuncionalidade) contribui para rompermos velhas classificações sobre o que seria campo e cidade, justamente na noção dicotômica

baseada em sua divisão por setores econômicos, ou seja, o campo seria o espaço das atividades primárias e a cidade, o espaço das atividades secundárias e terciárias. Com isso, se promove a noção de ruralidade num contexto que se privilegia não mais o recorte setorial econômico, mas sim, a noção de organização territorial.

Maluf destaca outra expressão da multifuncionalidade da agricultura que é a segurança alimentar das famílias camponesas e da própria sociedade. Esta função se apresenta em dois sentidos. O da disponibilidade e acesso dos alimentos e da qualidade dos mesmos. No primeiro sentido (o da disponibilidade de alimentos), os pesquisadores constataram que o peso da produção para o autoconsumo como garantia da própria segurança alimentar viu-se ampliado por conta da renda monetária extremamente limitada que o componente mercantil da atividade agrícola gera. No que se refere a segurança alimentar da sociedade em geral é público e notório o peso da agricultura familiar na produção de alimentos para a sociedade brasileira.

Ao discutirmos a manutenção do tecido social e cultural como expressão das funções que a agricultura exerce, um elemento desponta a partir da autodefinição dos camponeses: a grande maioria deles se auto-define como

agricultores. Temos a clareza que isso envolve questões como previdência, no entanto, devido a grande contingência que a maioria dos camponeses vivem em relação as políticas públicas no país, afirmamos que a agricultura é a grande definidora de identidade territorial no campo brasileiro. Para Maluf (2003) quando se tem um quadro de profunda desvalorização econômica da produção mercantil de alimentos, a relação entre agricultura e identidade territorial deve adquirir outros aspectos de valorização não tão usuais pelos analistas convencionais, tais como o modo de vida, as relações com a natureza, as relações com parentes e vizinhos – relações de sociabilidade e a produção de alimentos para a própria família. Ainda nesta relação entre identidade e agricultura, o autor apresenta a seguinte análise:

Sob a ótica dos agricultores não há uma coincidência entre as expectativas, quase sempre pessimistas, em relação ao futuro de sua atividade agrícola e a intenção de se permanecer no campo ou no “lugar”, um aparente paradoxo que se desfaz ao se diferenciar a relação dos entrevistados com o rural e com o agrícola. As manifestações de todos eles foram no sentido de valorização da vida no campo em relação à cidade, acompanhada do desejo majoritário de que os filhos saiam do campo, apoiando-se na busca de alternativas nas cidades próximas ou nos grandes centros urbanos, visando

construir uma trajetória profissional fora da agricultura. Isto se deve à referida perspectiva pessimista quanto ao futuro da atividade agrícola, acrescida, em alguns casos, da menção a inexistência de serviços considerados necessários para uma existência digna no campo. (MALUF, 2003:145)

A partir do fragmento acima inferimos que essa realidade está presente, cada vez mais, junto às famílias camponesas, em especial as assentadas em projetos do INCRA com um tempo relativamente grande. Percebemos a existência de um envelhecimento no interior das unidades familiares, já que os jovens cada vez mais se deslocam para cidades a fim de obter melhores condições de vida. Interessante isso, porque existe uma busca pelo campo dos chamados neo-rurais pelos mesmos motivos: melhoria das condições de vida. Essa realidade também não foge a dinâmica da Comunidade de Mocotó e nem do Quilombo Olho D`água onde percebemos uma repulsão nos filhos dos agricultores, permanecendo poucos deles na roça. Isso é parte de uma estratégia paradoxal que Maluf levanta, a de que “a vida no campo é boa, mas não quero ela para meus filhos”. Traçando perspectivas profissionais fora da agricultura senão para todos os filhos pelo menos para uma parte deles. Por outro lado, a possibilidade da distinção entre rural e agrícola pode se converter em uma

importante estratégia na permanência desses jovens no campo. Mas sob outra dinâmica de relação de trabalho, de modo de vida e de sociabilidade.

Em relação a preservação dos recursos e da paisagem rural, o autor adverte que esses elementos só podem avaliados quando se considera a relação entre a agricultura praticada e o território que elas produzem. Um elemento contraditório nesta função é o conflito existente entre legislação ambiental com os respectivos órgãos responsáveis pela gestão dos recursos como o IBAMA e as famílias camponesas. Nos casos estudados o autor afirma que existem duas possibilidades. Uma que possa existir uma correlação entre o maior uso de agrotóxicos na agricultura e o menor tempo de trabalho que dispõe o camponês na sua propriedade, em função desse agricultor dedicar-se a outras atividades geradoras de renda. Outra possibilidade diz respeito ao confronto com a legislação ambiental. Tal legislação bem como a ação dos órgãos fiscalizadores gera um comportamento nos agricultores onde se evita que uma área deixada em repouso venha a ser caracterizada como uma mata em regeneração. Isto está levando a um uso intensivo do solo por parte dos camponeses gerando impactos junto ao agroecossistema.

Na Comunidade de Fundo de Pasto, quando perguntamos quais seriam os principais problemas para a criação dos animais e para a roça, Dona Caboca nos respondeu que seriam os predadores como as onças e as raposas para a criação. E a arara azul para a roça. A região é uma área de proteção da ararinha azul. Elas se alimentam das roças dos camponeses comprometendo sua produção. Este fato, também, ilustra os conflitos existentes entre legislação ambiental e órgãos responsáveis pela sua fiscalização de um lado e as famílias camponesas de outro.

Por fim, acreditamos que a noção de multifuncionalidade da agricultura permite um grande avanço nos estudos sobre o território e a territorialidade camponesa. Falamos isso, porque sua abordagem integradora e articuladora entre agricultura e desenvolvimento local, ao estabelecer uma ponte entre a atividade agrícola e o território e também ao realçar o papel de manutenção dos empregos rurais.

O DESENVOLVIMENTO E A TERRITORIALIDADE CAMPONESA – UM DESENCONTRO?

A grande questão colocada, a partir da experiência do trabalho de campo e da disciplina, é como conciliar a gestão do território camponês com a perspectiva do desenvolvimento capitalista. Para

responder essa questão acreditamos que é necessário fazer um amplo debate sobre o que é desenvolvimento, questionando seus princípios e limites. Já se observa no interior da ciência geográfica uma preocupação com este tema são exemplos os estudos de Gómez (2007) e Lisboa & Conceição (2007)

Para Lisboa & Conceição (2007), o *desenvolvimento* é o lugar comum para encobrir a necessidade de mobilidade do capital. Essa mobilidade pode ser observada a partir da década de 1970 quando se acelera o crescimento econômico de vários países na periferia do capitalismo, inclusive o Brasil. Esse crescimento foi resultado de grandes empréstimos adquiridos por esses países, que aplicaram na substituição das importações e em atividades do setor primário-exportador. Esse crescimento durou até o início da década de 1980 quando este modelo demonstrou seu enfraquecimento através da diminuição do crescimento interno desses países com a cobrança da dívida externa, assim como a introdução de uma nova forma de organização entre capital e trabalho: o pós fordismo.

É neste contexto que a categoria *desenvolvimento* começa a ser questionada. Para Gómez (2007) sob à luz do pós-estruturalismo (Arturo Escobar, Gilbert Rist e Wolfgang Sachs), o

desenvolvimento precisa ser desconstruído, desmontado, para demonstrar sua incongruência e superá-lo (não reformá-lo). O autor afirma que o desenvolvimento é uma espécie de crença compartilhada pelos dirigentes dos Estados Nacionais, logo por todas as organizações internacionais, por quase a totalidade dos tecnocratas da economia e uma parte importante da população. Esse desenvolvimento é parte de uma arrogância ocidental, fundamentado em crenças, não em ideologia, que tem uma eficácia por afirmar que existe *uma forma* sem opção e atua sob certos ritos e signos (como fóruns, exposições, inaugurações de barragens, rodadas de negociação comercial, etc.).

Ainda para Gómez (2007) existe um leque de “certezas” que o discurso do desenvolvimento se apóia. A saber: a confiança no papel da modernização para destruir as superstições e relações arcaicas; a industrialização como via segura para essa modernização e o desenvolvimento material garantindo o progresso social, cultural e político. Sua conclusão é construída em três visões. O desenvolvimento é superficialmente maleável, capaz de integrar e distorcer aspectos diversos, ainda que duro nos seus princípios essenciais; articula um discurso que reinventa, segundo seus interesses, o mundo do qual fala; é construído sobre

princípios não científicos ou racionais, mas sim religiosos e dogmáticos.

Neste sentido, observamos que nas três comunidades visitadas o desenvolvimento capitalista acaba andando na direção diametralmente oposta da territorialidade camponesa. Não negamos aqui as relações que essas comunidades tem com o mercado ou mesmo com a dinâmica da economia capitalista. Só chamamos a atenção que essa territorialidade de matriz camponesa, àquela que se estrutura na busca pela posse da terra, no trabalho agrícola, na mão de obra essencialmente familiar, nas relações familiares primárias, num estilo de vida que valoriza uma relação mais direta com a natureza e na busca pela autonomia nas relações de produção acabam se vulnerabilizando com o que os tecnocratas chamam de desenvolvimento e progresso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, Maria José. Agricultores Familiares e Pluriatividade – tipologias e política. IN: COSTA, L. F.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. **Mundo Rural e Tempo Presente**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999, pp. 324-345.
- CHAYANOV, Alexander. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. IN: GRAZIANO DA SILVA, J. & STOLCKE, V. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 133-163.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz & LISBOA, Josefa Bispo. **Desenvolvimento Local como Simulacro do Envolvimento: O novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital**. IN: Revista Terra Livre: Presidente Prudente. Ano 23, v. 2, n. 29. p. 115-132. Ago-Dez/2007.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder** – formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo/MCPM, 2008.
- GÓMEZ, Jorge Ramon Montenegro. Desenvolvimento em (des) construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. IN: FERNANDES, B.; MARQUEZ, M.; SUZUKI, J. **Geografia agrária – teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 39-54.
- GONÇALVES, Cláudio Ubiratan. **Expansão e Intervenção do Estado: as faces do desenvolvimento territorial brasileiro**. IN: Revista Geonordeste. São Cristovão: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, n. 01, 2007, pp.13-37.
- GUZMÁN, E. & MOLINA, M. **Sobre a Evolução do Conceito de Camponês**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- HAESBAERT, Rógerio. **O Mito da Desterritorialização** – do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- IANNI, Otávio. **A Ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MALUF, Renato. A Multifuncionalidade da Agricultura na Realidade Rural Brasileira. IN: CARNEIRO, M. J. & MALUF, R. **Para Além da Produção** – multifuncionalidade e agricultura

familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, pp. 135-152.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1994.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST**. IN: Revista *GEOgrafias*. Belo Horizonte: Departamento de Geografia – IGC/UFMG, V.01, N.01 (Jul/dez), 2005, pp. 07-24.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. IN: Revista *GEOgrafia*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em

Geografia da UFF, ano VIII, N. 16, 2006, pp. 41-55.

TEIXEIRA, G. L. **A concentração de terras no Brasil**: depoimento {14 de julho de 2011}. Disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2011/07/14/a-concentracao-de-terras-no-brasil-entrevista-com-gerson-luiz-mendes-teixeira/>. Acesso em 20 de julho de 2011.

VIANNA, Luís Verneck. **Weber e a interpretação do Brasil**. IN: Revista *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n.53, março de 1999.